

Bizarro e singular: uma visão abolicionista da assistência

Antonio Reguete Monteiro de Souza

Resumo: O artigo em questão traça considerações acerca da necessidade de discutir a constituição da assistência no Brasil a partir do processo da “instituição da escravidão” e da formação do “caráter e da identidade nacional”. Nossa análise tem como foco as práticas e discursos do Estado e da sociedade em relação às crianças e adolescentes pobres que usavam as ruas como meio de sobrevivência e moradia na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX.

Palavras chave: *Assistência, escravidão/abolição, crianças e adolescentes em situação de rua, desumanização.*

Bizarre and unique: an abolitionist perspective of assistance

Abstract: The article in question presents considerations about the need to discuss the provision of assistance in Brazil from the process of “institution of slavery” and the formation of “character and national identity”. Its analysis is focused on discourses and practices of the State and society in relation to poor children and adolescents who used the streets as a way to survive and for housing, in the city of Rio de Janeiro at the end of the XIX and early XX centuries.

Key words: assistance, slavery/ abolition, children and adolescents in the streets, dehumanization.

“O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A empresa de anular essas tendências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas, enquanto essa obra não estiver concluída, o abolicionismo terá sempre razão de ser.”

Joaquim Nabuco Londres, 8 de abril de 1863

1. Introdução

O presente artigo é parte dos estudos e pesquisas que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ, para a realização de dissertação de mestrado. A questão central proposta na dissertação nos levou a estudar o

regime escravagista brasileiro e a formação da identidade nacional partindo da premissa de que, com estes dois analisadores, seria possível identificar a dinâmica e o processo histórico dos discursos e práticas desumanizantes direcionados às crianças e adolescentes que usam as ruas como meio de sobrevivência e/ou moradia, tendo como base a cidade do Rio de Janeiro.

Na busca pela fundamentação de uma resposta para a problemática estudada, nos deparamos com novas perguntas, muito mais abrangentes e audaciosas, e que, pretensiosamente, dão origem a este artigo. Portanto, cabe precaver o leitor de que o presente texto é apenas o início de uma discussão, muito mais ávido em fazer perguntas do que capaz de respondê-las, como fica evidenciado nas considerações finais. Como se poderá perceber, a própria construção narrativa deste texto se monta no sentido de fundamentar a necessidade e a pertinência de se fazer tais perguntas.

Ao entrarmos em contato com este vasto e instigante universo histórico, fomos levados, quase que inevitavelmente, a perguntar de que forma as idéias raciais, eurocêntricas e eugênicas – centrais na construção da *intelligentsia* brasileira na Primeira República – e as questões escravocratas incidiram sobre a construção de discursos, práticas e um modelo de assistência aos pobres e desvalidos. Aceitando que o processo escravocrata esta imbricado com as idéias que fundamentaram a *intelligentsia* brasileira e que, por sua vez, estas foram concebidas a partir de conceitos importados, entendemos ser imperativo estudar o significado do regime escravocrata na construção da identidade nacional e no modelo liberal de República. É importante destacar que, excluído os brados de alguns abolicionistas – que também propunham o *branqueamento da sociedade* como caminho para a modernização –, nenhuma outra voz, movimento social, movimento político ou acadêmico, práticas ou políticas de Estado, ou mesmo a filantropia, previa a inclusão dos ex-escravos na nova ordem institucional ou no projeto societário que buscavam construir.

A necessidade de trilhar este complexo, difícil, mas, sobretudo instigante caminho deve-se ao entendimento de que o período histórico abordado se caracteriza por profundas transformações nas relações sociais e econômicas, sendo estratégico o seu estudo, não só para investigação que se pretende, mas para o entendimento das relações de poder no Brasil.

A partir destas premissas, passaremos a desenvolver o que consideramos ser a justificativa que fundamenta a necessidade de discutir a assistência aos pobres e desvalidos a partir de uma perspectiva que ousarei chamar de *abolicionista*. É importante destacar que em nenhum momento desconsideramos a importância da análise das relações capital-trabalho ou da relação cidadão-estado na construção do processo histórico. Entretanto, nos propomos a destacar *a ética e a estética do regime escravocrata brasileiro*, presente em corações, mentes e instituições, mesmo após a abolição, influenciando diretamente na relação de classe e racial. E, finalmente, buscaremos justificar a pertinência de perguntar em que medida esta ética e estética escravocrata se perpetuou nas ações de assistência direcionadas aos pobres e desvalidos¹.

2. República Federativa Brasil Pavão: belo leque, feios pés.

A invenção do Brasil foi “a concretização de um prenúncio descrito pelos profetas Isaias, 66,12-18 e 55,6 e Daniel 12,4”, segundo Chauí (2000, p. 76). Esta invenção histórica faz parte de nosso “mito fundador”² e fornece base imaginária, entre outras coisas, à supremacia branca no processo civilizador do novo mundo.

A partir da Primeira República, a fabricação de uma nova “nação” vai suscitar a necessidade da construção de uma identidade, que direciona o pensamento intelectual brasileiro para as questões do folclore e das manifestações culturais das classes populares, buscando associá-las a idéias de nação, tentando encarnar o espírito do povo na identidade nacional a partir da visão branca dominante³.

Os pensadores brasileiros desta época também buscavam ligar a questão da cultura popular à política, objetivando uma consciência crítica que subsidiasse a idéia de nação. A cultura popular foi, assim, usada ao mesmo tempo para a manutenção do tradicional e para

¹ Inevitáveis lacunas apareceram no decorrer da elaboração deste texto, que somente poderão ser sanadas com maior tempo para aprofundamento do tema, ou com a compreensão e boa vontade do leitor. Entre estes, os que generosamente quiserem contribuir com críticas e sugestões, escreva para tonimonteiro@hotmail.com, o que será uma honra e um prazer.

² “No sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos, (...) Mito na acepção psicanalítica, ou seja, como um impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede de lidar com ela” (Chauí, 2000, p. 9).

³ Como exemplo, podemos citar o IHGB – fundado em 1838-39, influenciado pela escola histórica alemã. Esta propunha como critério para decidir se uma aglomeração humana era ou não uma nação, a densidade demográfica e a unidade racial” (Chauí 2000, p 53).

transformação social. Entre os diferentes pontos de vistas dos autores desta época, sejam positivistas e/ou abolicionistas, a *questão nacional*, a *formação da nação* e a *idéia de povo* eram pontos comuns nos assuntos abordados. No entanto, estas abordagens não propunham (ou não discutiam) ações ou mecanismos de inclusão dos “escravos livres” no projeto de nação⁴. A escravidão se afirmava pelo direito natural dos vencedores sobre os vencidos, o que legitimava a subordinação do negro ao branco (Chauí, 2000, p. 99), justificando a tranqüilidade da consciência cristã dos senhores de escravos, traficantes e comerciantes. Em nenhum momento são incluídos no projeto de nação o negro, sua cultura e singularidade.. Pelo contrário, pregava-se o “branqueamento”⁵ da sociedade como meio de se atingir a modernidade, uma preocupação constante com meios coercitivos contra a degenerescência mulata. Esta visão pode ser verificada ao tomarmos contato com o pensamento de autores como Silvio Romero e Nina Rodrigues, em que se pode perceber em suas falas contornos claramente racistas⁶ (Ortiz, 1985; Skimore, 1976).

O primeiro trabalho sobre o caráter nacional brasileiro é atribuído a Silvio Romero⁷, para quem

“O brasileiro é uma sub-raça mestiça crioula, nascida da fusão de duas raças inferiores o índio e o negro e uma superior a branca” Para evitar a degeneração da nova raça mestiça, será preciso estimular seu embranquecimento, promovendo a imigração. (Romero apud Chauí, 2000, p. 49).

Igualmente, Nina Rodrigues, professor da faculdade de medicina da Bahia, jovem e mulato, tido como o “primeiro pesquisador a estudar a influência africana de maneira sistematizada” (Skidmore, 1976, p. 74) postulava a inferioridade do africano, argumentando, inclusive, a necessidade de sua imputabilidade por não ter alcançado o grau

⁴ A idéia de nação passa a ser sustentada nos “usos, costumes, tradições e crenças da vida cotidiana” o que, ao mesmo tempo integra a cultura popular e por esta, a cultura negra. Esta, entretanto, é segregada ao lugar de inferioridade, crendices expressões artísticas menores e sem sofisticação”. (Chauí, 2000, p.19)

⁵ “A teoria brasileira do branqueamento (...) Aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era teoria peculiar no Brasil” (Skidmore, p. 81)

⁶ Até a abolição, o negro não existia enquanto cidadão. A ausência no plano literário é tal que um autor pouco progressista como Silvio Romero chega inclusive a denunciar esse descaso. (...) Os primeiros estudos sobre o negro somente se iniciarão com Nina Rodrigues, já na última década do século, mas sob inspiração das teorias raciológicas. A escravidão colocava limites etimológicos para o desenvolvimento pleno da atividade intelectual. Somente com o movimento abolicionista e as transformações profundas por que passa a sociedade é que o negro é integrado às preocupações nacionais. (Ortiz, 1985, p 37 - 38)

⁷ Silvio Romero publicou, “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro em 1881”, e “A historia da literatura brasileira” em 1888.

elevado da civilização da raça branca superior. Foi considerado o principal doutrinador racista de sua época” (Skidmore, 1976, p. 75).

Para os autores da época, o clima, a raça, o território, a densidade demográfica, a expansão de fronteiras, a língua, as crenças religiosas, os usos e costumes eram os principais elementos que formavam o caráter nacional. Este, segundo Dante Moreira Leite (citado por Chauí, 2000, p. 21), dependia de “três determinações principais: o momento sociopolítico, a inserção de classe ou a classe social dos autores, e as idéias européias mais em voga em cada ocasião”. No entanto, clima e raça se tornaram dois conceitos centrais, que tanto serviram para a busca de uma identidade nacional, como eram descritos como os responsáveis pelo atraso da modernização desejável. Estes conceitos vão tomar vulto ainda maior nas discussões proféticas entre os *higienistas* por ocasião das epidemias de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro.

Não era somente sobre o negro que recaía o racismo dos autores da época. O mestiço também era inferiorizado, na medida em que significava o cruzamento de duas raças inferiores, negro e índio, com uma superior: o branco. Este cruzamento transmitia heranças biológicas que impregnavam o brasileiro de “apatias, imprevidência, desequilíbrio mental e intelectual” (Ortiz, 1985, p. 21).

A busca pela modernização na Primeira República e a tentativa de sair do tradicional para o moderno é questão perseguida por intelectuais, quando se buscava substituir o que era afetivo pelo racional, e sobrepor o rural (ou o atrasado) em nome de um moderno que fosse urbano e científico. Esta busca pela modernização conduziu a República – ainda assentada sobre os pilares da grande propriedade – na direção da urbanização e da imigração branca, numa tentativa de branqueamento do brasileiro.

Como parte do processo de modernização, começa a surgir uma classe de trabalhadores que se impunha a partir da criação do mercado de trabalho livre. No entanto, Gomes (2006, p. 26) argumenta que o “referencial da escravidão se impõe para a construção de qualquer tipo de discurso que envolva uma ética do trabalho”. Percebemos que a mudança de regime não gerou transformações profundas na sociedade brasileira: aconteceram adaptações e acomodações da elite, mantendo-se as estruturas racistas e discriminatórias que constituíam o pensamento dominante e as práticas institucionais.

“Histórica ou materialmente, a República exprime a realidade concreta de lutas socioeconômicas e os rearranjos de poder no interior da classe dominante, às voltas com o fim da escravidão, com o esgotamento dos engenhos, como os pedidos de subvenção estatal para imigração promovida por uma parte dos cafeicultores, com a expansão da urbanização e a percepção de que o país precisava ajustar-se à conjuntura internacional da revolução industrial. (...) No plano ideológico ela aparece não como instituição do estado pela sociedade e sim como reforma de um Estado já existente. (...) O estado republicano, cuja realidade concreta ou social permanece oculta, é, portanto, percebido como antes era percebida a coroa Portuguesa” (Chauí, 2000, p. 43)

De que forma os filantropos da Primeira Republica interagiram com as idéias dominantes, claramente eurocêtricas e racistas, na construção de suas obras, é uma das questões que lançamos para o leitor. Sem condições de elaborar uma resposta satisfatória, solidamente fundamentada, limitaremos a defender, no próximo tópico, a necessidade desta indagação.

3. Materialização do espírito

Após a abolição da escravatura e a proclamação da República, quando se implementou o projeto de branqueamento, a cidade do Rio de Janeiro sofreu um grande aumento populacional. Em 26 anos (1880 a 1906), passou de 522.651 para 811.443 habitantes, sendo sua densidade demográfica aumentada de 409 para 722 habitantes por Km². Segundo Chalhoub, (1986, p. 25) “este crescimento populacional acelerado está estreitamente vinculado à migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração internacional e à melhoria nas condições de saneamento”.

A constituição da República, proclamada um ano após a abolição, se deu em meio a problemas sociais gerados pela não inclusão dos ex-escravos no novo contexto de produção, aliado à importação de idéias eurocêtricas que se materializavam grotescamente em formas anacrônicas de gestão pública e numa busca incansável de intelectuais para desvendar e construir uma identidade e um caráter nacional. Interessa-nos neste ponto abordar que pressupostos e teorias estavam presentes na formação da idéia de “nação”⁸ brasileira e como estas idéias se interagiram com a realidade de uma sociedade

⁸ “É muito recente a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, defendida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal. Sua data de nascimento pode ser colocada por volta de 1830” (Chauí 2000, p. 14).

escravocrata, e principalmente, como a partir da abolição este campo de idéias dominantes percebe a questão dos “escravos livres” e se articulam com a filantropia e a assistência. Visto que a justaposição da ética e estética de uma sociedade recém liberta da escravidão com as idéias importadas eurocêntricas produziram misturas com elevado grau de ecletismo e contradições.

A primeira questão que nos solta aos olhos é a própria expressão “*escravo livre*”, usada por autores e documentos no período pré e pós-abolição, bem como usada por alguns estudiosos contemporâneos que tratam do tema, sem atentarem para o paradoxo que o mesmo exprime. Outras expressões se juntam a esta, como “negro-forro” e “ex-escravo”, que definiam a condição que esta população ocupava na sociedade da época, classificada pelo seu passado enquanto “coisa” e “mercadoria”.

É no contexto de uma sociedade que “coisifica” o outro que irá se formar a idéia de “nação” brasileira a partir de importações de teorias européias que, em sua totalidade, exaltam a superioridade da cultura e evolução social branca em relação às demais⁹.

“O homo sapiens foi dividido pela filosofia e pela ciência européias em uma hierarquia de raças que desumanizou e reduziu os subordinados tanto ao olhar científico como ao desejo dos superiores” (SAID, (2000:52 apud PRAXEDES 2008).

Para sustentar estes argumentos’, utilizo o trabalho de Praxedes (2008) que, por sua vez, se referencia, entre outros, em autores como Munanga e Said¹⁰, buscando demonstrar como a produção científica no Brasil foi desenvolvida a partir de teorias racistas e eurocêntricas. Praxedes (2008), ao abordar o eurocentrismo e o racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais, aponta algumas obras que influenciaram o projeto de nação

⁹ “Muitas vezes relevamos o fato de filósofos, cientistas, sacerdotes, artistas, viajantes e colonizadores classificarem os grupos humanos que abordavam em seus trabalhos como pertencentes a raças e etnias misteriosas, donas de comportamentos selvagens, idéias atrasadas, costumes e religiões primitivas e bizarras, aparência horripilante e idéias irracionais. Como se o nosso mundo não-europeu fosse habitado por seres aos quais era negado o reconhecimento como humanos” (Praxedes, 2008).

¹⁰ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999. SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. _____. *Freud e os não-europeus*. São Paulo, Boitempo, 2004. _____. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

brasileiro tendo subsidiado a filantropia baseada na ciência. Através de textos clássicos¹¹, este autor demonstra que os povos que não comungavam da mesma cultura européia eram tratados como inferiores, pertencentes a um estágio atrasado do evolucionismo social, sendo a colonização e a imposição do modo de vida européia tratadas como bens que se ofereciam para as culturas atrasadas.¹² Esta perspectiva chega a desqualificar o continente africano como parte da história universal, uma vez que não era habitado por seres humanos.

4. Da desumanização e da norma

De que maneira as teorias racistas e eurocêntricas se articulam com as práticas filantrópicas e de assistência na Primeira República? No Brasil, a assistência se organiza a partir da Irmandade da Misericórdia, entendida, muitas vezes, como assistência pública, devido a sua estreita relação com governos e governantes, e ao leque de ações que operavam. Essas abrangiam desde os cuidados à infância e à maternidade, até a velhice, a loucura e as mortes (enterros e cemitérios), ações operadas através de um conjunto de instituições públicas e privadas, laicas e religiosas. O que talvez justificasse, entre outras coisas, a falta de fronteira entre o público e o privado. Poderíamos afirmar que os alicerces de um sistema de apoio social, para pobres e desvalidos no Brasil foi assentado sobre a Misericórdia, e que esta, por sua vez, se articulava a uma estrutura de dominação colonial em que se incluía o projeto escravocrata. Esta estrutura de concentração, ao mesmo tempo em que propôs um sistema relativamente uniformizado, operava sobre uma lógica de divisão de funções de acordo com a especificidade dos atendidos.

Não há grandes transformações no caráter da assistência nos primeiros anos da Primeira República. É somente no início do século XX que as idéias higienistas passam a influenciar a estruturação da assistência, propiciando o aparecimento de novas instituições ligadas ao discurso médico. Foi sobre o contexto de uma assistência herdada da colônia gerida pela Misericórdia, mantida pela prática liberal da Primeira República, baseada em

¹¹ *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, de Kant; *Filosofia da História*, de Hegel; *Curso de Filosofia Positiva*, de Comte; *A democracia na América*, de Tocqueville; *Economia e sociedade*, de Weber; *Da divisão do trabalho social e As formas elementares da vida religiosa*, de Durkheim e; *A dominação britânica na Índia e Resultados futuros da dominação britânica na Índia*, de Marx

¹² Em anexo apresentamos, a título de exemplo, um quadro resumido da perspectiva apontada por Praxedes.

idéias eurocêntricas e sob uma sociedade recém escravagista que médicos e filantropos pensaram e estruturaram a assistência na segunda metade Primeira República.

De forma bastante resumida, podemos afirmar que duas características se mantiveram presentes na forma como o poder instituído lidava com a questão da pobreza: a *educação/ redenção pelo trabalho* ou a *repressão*. Em muitos momentos, ambas perspectivas se conjugavam em uma mesma estratégia de controle aliada à permanência da tendência de associar pobreza à vadiagem e criminalidade, sendo negros e mestiços os que mais sofrem com esta associação¹³.

“A educação pelo trabalho vai perpassar todo o período. Desde fins do século XIX – mesmo antes da abolição da escravatura – o tema do trabalho e dos trabalhadores livres e educados no culto ao trabalho se impôs ao país. Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores que obrigassem os indivíduos ao trabalho quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes. (...) A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande e educar um indivíduo pobre era principalmente criar nele o hábito do trabalho. Ou seja, era obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente. O pobre ocioso era indubitavelmente um perigo para a ordem política e social” (Gomes, 2006, p, 26).

Nesta perspectiva destaca-se a ação policial e sua repressão à vadiagem e à desordem em relação aos pobres ociosos, o que não se diferenciava muito do Império, como demonstra Luciana de Araujo Pinheiro em sua dissertação de mestrado, quando afirma que:

“Desde pelo menos a década de 1830 (...) observa-se atitudes governamentais no sentido de inserir menores pobres nessas atividades, a partir da promulgação de leis que determinavam o envio de órfãos desvalidos para arsenais de Marinha, onde seriam alistados na Companhia de Aprendizizes Marinheiros, (Portaria de 23 de agosto de 1835) e Guerra (art. 49 do Decreto de 21 de fevereiro de 1832 e Decreto de 29 de dezembro de 1837” (Pinheiro, 2003, p. 50) 14.

¹³ “Os homens livres pobres, mulatos e mestiços, não conseguiram se mover porque não tinham lugar, sua utilidade estando em servir de figuração da vadiagem com que se tornaria invisível a base da hierarquia social, dano-lhe apenas visibilidade negativa. Disso resulta que as relações sociais se realizam sob a forma do mando obediência e do favor, tornando indiscernível o público e o privado” (Chauí, 2000, p. 84).

¹⁴ “Grande é o numero de menores que, órfãos ou abandonados por seus próprios pais, vagam pelas ruas da cidade entregues á ociosidade e á vadiação. Esses menores, sem educação, sem ocupação e sem trabalho, ou vão engrossar as maltas dos capoeiras, ou tornam-se auxiliares dos vagabundos, que os aproveitam para as suas incursões criminosas. Entre eles avultam os estrangeiros, principalmente portugueses e italianos que,

Ao estudar a problemática da infância pobre a partir da atuação dos Chefes de Polícia da Corte, Ministros da Justiça, Presidentes da província do Rio de Janeiro e Juízes de Órfãos da capital imperial que assumiram a cadeira titular da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes da cidade, entre 1879 e 1889, a autora nos mostra o quanto pessoas pobres que, “por possuírem hábitos e costumes vistos como inadequados por dirigentes imperiais, sofreram inúmeras formas de repressão” (Pinheiro, 2003, p. 47).

Podemos observar que todo o discurso dos movimentos das classes dos trabalhadores na Primeira República não incluía a luta abolicionista em seus manifestos e, após a abolição, qualquer esboço de luta pela inclusão dos “escravos livres” em seu projeto societário. Mesmo os socialistas da virada século XIX para o XX, que apontavam como fatores para o atraso nas relações de trabalho, a escravidão e o clero, desqualificavam os escravos, como nos mostra Gomes (2006, p. 67):

“Estevam Estrela [escrevendo na Gazeta Operaria em 1092] afirma que, pelo estudo psicológico que vinha fazendo dos operários modernos deste país, todos continuam a ter o mesmo respeito ao patrão que os escravos tinham aos seus senhores. Não havia diferença, mesmo os estrangeiros, com raras exceções são tão covardes como os escravos”.

Percebemos que a questão da inclusão do “escravo livre” não era relevante na luta dos trabalhadores organizados e que o mito das três raças (assumido posteriormente pelo Estado Novo) fez com que as conseqüências da escravidão fossem elevadas à questão da mestiçagem enquanto identidade nacional, bem como ocultou a discussão das questões e desigualdades raciais através da idéia de democracia racial.

Considerações finais

aparentando viverem da industria de vender gazetas, engraxar botas ou tocar instrumentos de música, dão-se na realidade à pratica de pequenos delitos e de atos imorais. No propósito de beneficiar a esses jovens desgarrados com a expectativa de melhor futuro, tem a polícia os mandado apresentar aos juizes de órfãos, que por sua vez os têm empregado a alguns de nossos fazendeiros do interior, para os empregar na lavoura. Esta medida, sugerida pela falta de estabelecimentos apropriados, colônias agrícolas, onde ser admitidos tais menores, era a única providencia que em nossas circunstancias atuais poderia ser tomada...” *Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1880 – 1881.* PINHEIRO, Luciana de Araujo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889).* Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Orientação: Prof. Dr. Martha Abreu.

Percebemos que certas características como a indiferença e a desumanidade sempre estiverem presentes nas intervenções e práticas junto aos que eram considerados inferiores e subalternos. Estas práticas buscam a normatização e o controle, sem, no entanto, alterar a posição social ou o estatuto civil daqueles para os quais foram dirigidas. De certa forma, fica evidenciado, ainda que superficialmente, que as formas como o Estado e a elite lidaram com a questão da escravidão perpetua-se em algumas ações e políticas do Estado voltadas para os pobres e “desfiliados” (CASTEL, 1998), já na atualidade. A pobreza e a diferença cultural ainda continuam sendo criminalizadas¹⁵, e podem ser relacionadas aos traços da cultura escravocrata, clientelista e patrimonialista, ainda presentes em diferentes práticas da assistência no Brasil.

Não houve melhora ou conquista significativa em termos de cidadania, seja nas condições de vida da população pobre, principalmente negra, seja na participação política de tal população com o advento da República e a Abolição. Como argumenta Chauí, (2000, p. 43), “a imagem do lugar do Estado não se alterou”, portanto, também não se alteram as práticas do Estado em relação aos subalternos. O que, no nosso entendimento, – levando em conta o fato de termos sido há tão pouco tempo atrás, uma sociedade escravocrata–, trás conseqüências tanto nas práticas quanto no imaginário de Estado, da elite, dos trabalhadores e dos “desfiliados”.

O processo de inclusão dos ex-escravos está longe de ser concluído. Principalmente nas práticas institucionais, nas políticas de Estado ou no imaginário da elite, que ainda opera dentro de uma *lógica ocultada* de naturalização das desigualdades e culpabilização dos pobres pela pobreza. Desvendar como esta lógica se associa à assistência e às ações do Estado é um imenso desafio. Um dos caminhos que apontamos para contribuir nesta busca é pensar o “processo escravocrata” como uma categoria de análise, que vai da relação escravo-liberto para a relação trabalhador-vadio.

A transformação do trabalho foi tarefa fundamental na Primeira República, contrastando com uma sociedade recém escravista, em que o controle social passa da

¹⁵ É notório e passível de verificação, que a quantidade de ações e representações do Ministério Público e da Justiça da Infância para a destituição do poder familiar de mães *em situação de rua* ou de extrema pobreza, é numericamente superior às ações ou representações destes mesmos órgãos, exigindo do Poder Público o cumprimento dos princípios orçamentários e as prioridades Constitucionais, que garantiriam assistência a estas mães.

relação escravo-liberto para a de trabalhador-ocioso. Isto implicou no deslocamento da luta pela liberdade para a luta pela sobrevivência e a legitimação de meios econômicos e culturais alternativos de sustento, reconhecidos como vadiagem e potencialmente perigosos dentro da nova ordem econômica e institucional. A transição da relação senhor-escravo para a relação patrão-empregado trás em si o problema do enquadramento dos novos livres, cabendo ao conceito de trabalho um “principio regulador da sociedade” (Chalhoub, 1986, p. 29)

O ex-escravo, além de carregar esta marca inscrita na sua pele, tinha que disputar com imigrantes – sempre preferidos – os novos postos de trabalho. Sua inclusão nunca foi motivo de políticas ou ações de governos. O que lhe restou foi o controle e a inclusão subalternizada, através do trabalho manual, o mais desvalorizado na sociedade da época. O que esperavam os vadios e sobrantes, geralmente negros e mestiços, eram os trabalhos pesados na Armada (Marinha), ou em novas escravidões nas colônias agrícolas, justificadas por idéias jurídicas e médicas inspiradas no positivismo e no higienismo. Estes ideais estenderam-se até o Estado Novo, se materializaram no SAM e podem ser observadas, ainda hoje, em determinadas práticas e discursos do Estado. A forma como os instrumentos da assistência, que no primeiro momento eram ligados à filantropia, lidavam com os “pobres maus”, desvalidos, vadios e perigosos pouco se diferenciou da lógica como se percebia o escravo. Seu atendimento foi estruturado na idéia de se estar lidando com um ser humano inferior, incapaz de atingir uma inclusão pela via intelectual, sendo relegados a trabalhos desvalorizados, com castigos e torturas inscritas na carne, sem respeito aos laços familiares e a sua individualidade.

A lógica de desumanização dos que são considerados “incorrigíveis” (FOUCAULT, 2006) e “sobrantes” (CASTEL, 1998), permanece em nossas estruturas sociais. Depois de séculos, estas estruturas ainda não passaram por profundas transformações. O que houve foi apenas uma série de adaptações realizadas para acomodar, de maneira sempre anacrônica, as práticas aos novos pressupostos teóricos. “As idéias que marcaram o fim do absolutismo na Europa foram relidas sob a ótica da dominação” (Santos, 2006, p.12). As idéias importadas foram absorvidas ou apropriadas como um valor em si, sem ser questionada sua relação com a realidade a que são submetidas.

Podemos afirmar categoricamente que, passados 120 anos de abolição, não houve ações ou políticas inclusivas capazes de gerar equidade entres brancos, mulatos e negros. Este processo longo e gradativo ainda não se concluiu. O escravo, ser humano *coisificado*, portanto desumanizado, mesmo após a abolição, não fôra motivo de ações ou políticas inclusivas. As ações destinadas a estes sempre estiveram na ordem do controle ou da subserviência. Pelo contrário, enquanto escravo, portanto enquanto *coisa*, era mais valorizado, uma vez que seu valor se materializava em sua força de trabalho. Enquanto livre, tornava-se desvalorizado, pois a força de trabalho dos imigrantes era mais valorizada. Ainda se comparados com estes imigrantes, eram ainda mais inferiorizados enquanto seres humanos, pois, diferentemente daqueles, não conseguiam, pela via trabalho, acender socialmente, estando sempre ligado aos problemas da urbanidade.

Neste ponto, aparece uma singularidade da assistência no Brasil. Em todo o mundo, esta sempre foi voltada para os mais pobres, o que não é diferente em nosso país. Com exceção, talvez, das questões atuais dos imigrantes na Europa, a assistência atendeu os pobres de uma mesma etnia, dentro de um mesmo padrão cultural. O pobre e subalterno na Europa pertencia à mesma nacionalidade e à mesma idéia de nação: comungavam de uma mesma língua, de uma mesma cor de pele, de uma mesma religiosidade e práticas culturais. No Brasil, a assistência vai se constituir tendo como principal “usuário” aqueles que não pertenciam à mesma cultura de quem lhes provia a assistência. Esta situação consolidava, naturalizava e normalizava a polarização absoluta da sociedade brasileira entre “carência absoluta das camadas populares e o privilégio absolutos das camadas dominantes e dirigentes” (Chauí, 2000, p. 93), tendo em seu contrato, de forma implícita, as relações de favor, clientela e tutela com bases escravocratas.

Para finalizar, tomo emprestadas as palavras de Joanildo A. Burity, que fundamenta a necessidade de entender como a lógica oculta do processo escravocrata se faz presente na assistência e nas ações do Estado, em relação aos desfiliaados.

“A escravidão, portanto, é um dos elementos definidores do lugar ‘dispensável’ dos dependentes e, por extensão, do não-reconhecimento de sua dignidade, também negado aos escravos. (...) O dilema brasileiro, à luz da história aqui narrada, e ainda segundo Souza, não é o da permanência de resquícios de poder pessoal na ordem moderna construída a partir do século XIX. Não é personalismo, não é patrimonialismo, não é persistência da pré-modernidade. O dilema é como a ordem impessoal do capitalismo, que finalmente se impõe em

definitivo nos anos de 1930, com o getulismo, se assenta sobre uma naturalização da desigualdade. (...) Essa exclusão é inteiramente moderna, e não um resquício do passado. Mas, ao mesmo tempo, suas raízes se projetam sobre a centralidade da instituição da escravidão no Brasil e sobre o “esquecimento” deliberado de seu impacto e seus condicionamentos à formação de uma compreensão do lugar da “ralé” na vida nacional e na cidadania. (Buriti, 2006, p. 26-27)

Bibliografia

BURITY, J. A. **Desigualdades e a Abolição Inconclusa**. Piracicaba: Revista Impulso, v. 17, n. 43, maio/ago. 2006, p. 21-31.

Cabral, S. H. e Sousa, S. M. G. **O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil**. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, jun. 2004, p. 71-90.

CASTEL. R. **A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do Alienismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

_____. **A insegurança social: o que é ser protegido**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

CHALHOUB. S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUI. M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FOUCAULT. M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FURTADO. C. **Raízes do subdesenvolvimento**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES. A. C. **A invenção do trabalhismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ORTIZ. R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PRAXEDES. W. **Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais**. Revista Espaço Acadêmico, nº 83, Abril 2008. Ano VII – ISSN 1519.6186 <http://www.espacoacademico.com.br/083/83praxedes.htm> (em 18/11/08).

PINHEIRO. L. de A. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003. Orientação: Prof. Dr. Martha Abreu.

FERREIRA. L. V. P. **Menores desamparados da proclamação da República ao Estado Novo**. Artigo do Programa de Pós-graduação *Stricto Senso* em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a5.pdf> (em 01/05/2009)

MÜLLER. T. **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor - SAM (1959- 1961) – PROPED / UERJ** <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT02-1796--Int.pdf> (em 01/05/2009)

SANTOS. Y. L. **Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Dissertação de Mestrado, Programa de História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006. Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

SKIDMORE. T. E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.